

A ofensiva devedora

OS CREDORES da América Latina não têm realmente motivos de aborrecimento com o encontro dos países devedores em Cartagena, ontém iniciado, já que ali não se pensa em estabelecer uma estratégia de confronto destinada a desonrar os compromissos assumidos junto aos intermediários da poupança externa.

TAL COMO ficou mais uma vez definido no comunicado conjunto dos Presidentes Figueiredo e Belaunde Terry, os devedores latino-americanos pretendem apenas, e sempre através do diálogo, critérios mais flexíveis para a renegociação da dívida paralelamente a uma política de liberalização do comércio internacional, tudo isso com vistas a permitir, inclusive, resultados de reativação econômica que viabilizem a correta administração e o resgate dos empréstimos.

CRITÉRIOS mais flexíveis de refinanciamento significam, basicamente, redução das taxas de juros e períodos de carência e prazos de amortização suportáveis pelos países endividados, de modo que não fiquem esmagados entre a inadimplência externa e a recessão interna. A receita de exportação de cada país devedor poderia servir de medida de sua capacidade de pagamento aos bancos privados internacionais, fixando-se dentro desses limites os níveis dos juros.

ALIBERALIZAÇÃO do comércio reclamada em Cartagena tem que ver com os mecanismos protecionistas dos países ricos, uma

crescente barreira às exportações dos países em desenvolvimento. Desde que as exportações constituem a única via de produção da moeda que paga a dívida externa, a sua compreensão pelo mercado importador redonda em lançar os inadimplentes para o fundo do poço. A alternativa, evidentemente, não haverá de ser aquela proposta pela Primeira-Ministra Margaret Thatcher: o pagamento da dívida através da entrega de recursos naturais e de fatias do parque industrial dos insolventes. Observe-se, ainda, que as propostas antiprotecionistas dos devedores procuram conter-se no âmbito do GATT, nada representando de estranho, portanto, em matéria de atendimento às regras do jogo.

A REUNIÃO de Cartagena foi precedida de uma série de tomadas de posição do lado credor, envolvendo banqueiros, governos e órgãos multilaterais de crédito, deixando claro, entre outras coisas, o repúdio a tentativas depressão dos países endividados e às fórmulas de renegociação em bloco.

TEM-SE ENFATIZADO, também, que o endividamento externo dos países em desenvolvimento envolve sobretudo os compromissos dos tomadores dos empréstimos com o sistema bancário privado, pouco se devendo esperar da participação dos governos no processo de renegociação. Nesses termos, a solução das dificuldades exige fundamentalmente tratamento financeiro e não político.

ENTRETANTO os dirigentes do bloco industrializado não po-

dem desconhecer quanto o endividamento cresceu e se complicou em função de políticas e procedimentos governamentais. O complicador número um — a escalada dos juros internacionais — provém diretamente da política econômica do Presidente Reagan e tampouco deixará de influir enquanto mantidos os atuais níveis do déficit orçamentário dos Estados Unidos. O protecionismo comercial, por sua vez, encerra responsabilidades governamentais óbvias, ainda que atendendo freqüentemente a pressões e reclamações do setor privado.

É PRECISO, em todo caso, que os países devedores não percam o senso do realismo, quer em Cartagena ou em qualquer outro fórum. Existe uma faixa viável de negociação e outra que, no máximo, servirá como escondouro de retóricas vazias. Além disso, as hipóteses de flexibilidade do grupo credor dependem de um funcionamento extremamente complexo de mecanismos políticos e econômico-financeiros, os quais fazem parte da própria natureza do capitalismo democrático.

DESDE logo se torna meritório o esforço de esclarecimento e racionalização da posição devedora latino-americana que se realiza em Cartagena. Substitui-se um quadro difuso, fragmentário, emocionalizado por outro organizado e consequente. E em vez de se perderem em aflições isoladas, os devedores abrem caminho inclusivo para encontrar saídas a partir da simples integração e solidariedade regionais.

Síndia Est